

GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA: TEMPO E ESPAÇO NA OCUPAÇÃO  
RECENTE DE MATO GROSSO (1968 – 1976)

*State educational institution of Tangará da Serra: time and space in the early  
Mato Grosso occupation (1968 - 1976)*

Carlos Edinei de Oliveira<sup>1</sup>

RESUMO

Esta investigação tem como objetivo analisar a história do Ginásio Estadual de Tangará da Serra (1968 – 1976) em tempos de colonização recente de Mato Grosso, tendo como referências as categorias espaço, tempo, professor e aluno, ambas amalgamadas na relação entre migração e escolarização em Mato Grosso durante a ditadura militar brasileira. A análise será construída tendo como referência principal o Regimento Interno do Ginásio Estadual de Tangará da Serra elaborado em 1969, com eficácia até 1975. Outras fontes históricas: escritas, orais e iconográficas, também servirão como elementos de comparações e análise para melhor compreensão da formação educacional que receberam os filhos de migrantes na região sudoeste de Mato Grosso. O espaço em questão era o único da localidade, que poderia proporcionar o melhor nível de instrução em Tangará da Serra – MT. A História Cultural constitui na baliza teórico-metodológica que permitiu o exercício frente às fontes documentais, em especial neste estudo, os documentos escolares.

**Palavras-Chave** – Migração – Educação – Ginásio Estadual

ABSTRACT

This research aims to analyze the history of the State School of Tangará da Serra (1968-1976) in recent colonization of Mato Grosso, having as reference the categories of space, time, teacher and student, all of them related with the migration and schooling in Mato Grosso, during the Brazilian military dictatorship. The analysis will be built having as main reference the Rules of the State School of Tangará da Serra, created in 1969, which was efficient until 1975. Other historical sources will be considered, like written, oral and iconographic, elements necessary to compare and analyze in order to get a better understanding about the education that the migrants' children received in the Southwestern of Mato Grosso. The space was the only one that could provide a better level of education in Tangará da Serra – Mato Grosso. The Cultural History is the basis of a theoretical methodology which permitted the analysis in front of the documentary sources, especially in this study, the school documents.

**Keywords:** Migration, Education, State School.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UFMT). Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: c.edinei@terra.com.br

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra<sup>2</sup> foi criado em 29 de novembro de 1968, através do Decreto Legislativo nº 2.876, publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de dezembro de 1968, porém outra publicação do poder executivo, o Decreto Lei nº 1.084 de 04 de março de 1970, dispõe sobre a criação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, e seu funcionamento foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso através da Resolução n. 23 de 10 de março de 1970.

A legislação de criação pelo poder executivo de Mato Grosso, e a autorização do Conselho Estadual de Educação, são posteriores ao início do funcionamento do Ginásio Estadual, pois este começou suas atividades em 18 de março de 1969.

Em 1973, através do decreto nº 1.542 de 10 de julho, em conformidade com os novos princípios da Lei 5.692/71, elevou-se o Ginásio Estadual de Tangará da Serra em nível de 2º Grau alterando inclusive, sua denominação para Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra. Em 26 de outubro de 1976, através do Decreto nº 768 houve a integração física do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” com a Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra, pois ambos eram espacialmente próximos, ocupando a quadra 129 da planta urbana geral de Tangará da Serra. Com a integração, as duas unidades escolares, transformaram-se em apenas uma denominando-se Escola Estadual de I e II Graus “29 de Novembro”.

Neste artigo, o estudo das categorias tempo e espaço, professor e aluno será feito tendo em vista, a temporalidade da criação do ginásio estadual e a sua transformação em escola estadual, limitando a análise à sua integração física com o grupo escolar em 1976.<sup>3</sup> O processo de mobilização para a criação do Ensino Médio em Tangará da Serra contou com a liderança da Ir. Maria Monfort, delegada de Ensino, com o Pastor Albino Ferraz<sup>4</sup> e com Antônio Hortolani.<sup>5</sup> Este grupo buscou o apoio de várias pessoas para ingressarem na luta pela criação do ensino ginásial em Tangará da Serra. José Onofre Batista<sup>6</sup> foi encarregado da elaboração do processo burocrático para a implantação do Ginásio Estadual.

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi criado em conformidade com a Lei 4.424/61 que estabelecia em seus artigos 33 e 34 que a educação de grau médio prosseguia à escola primária e destinava-se à formação de adolescentes, ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, abrangendo entre outros, cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Segundo Souza (2008), a escola secundária brasileira no início da República,

<sup>2</sup> A zona urbana e rural de Tangará da Serra foi resultado de um projeto de colonização privada que teve início em 1960, no movimento de abertura da fronteira agrícola mato-grossense. Posteriormente, foi emancipado em 13 de maio de 1976. Encontra-se localizado a sudoeste do Estado de Mato Grosso, conforme estimativa IBGE 2009 possui 81.960 habitantes.

<sup>3</sup> A análise será realizada até 1975, ano anterior à integração física das duas escolas.

<sup>4</sup> Pastor da Igreja Batista de Tangará da Serra, Albino Ferraz, migrou-se para Tangará da Serra em 1968, com apenas 28 anos de idade. Sua mudança para essa nova localidade foi atendendo ao convite do senhor Jonas Lopes da Silva e de Arlindo Lopes da Silva, que eram presidentes e vice-presidentes da Primeira Igreja Batista de Tangará da Serra. Quando já residia em Tangará da Serra, o senhor Arlindo Lopes da Silva, questionou se ele poderia ajudar na criação do ginásio e, como ele aceitou, conversaram com a Ir. Maria Monfort, que era a delegada de Ensino de Rosário Oeste e começaram a buscar professores para organizar o ensino médio em Tangará da Serra.

<sup>5</sup> Gerente da empresa SITA, responsável pela colonização de Tangará da Serra.

<sup>6</sup> José Onofre Batista, ao participar da criação do Ginásio Estadual, tornou-se seu secretário até 1975.

privilegiou os estudos literários, embora tentasse conciliar com estes os estudos científicos. A educação literária é herdeira da educação dos colégios, *locus* das humanidades, desde o século XVI na Europa. A educação literária foi abalada pelo movimento iluminista que estabelecia a cultura científica, porém não perdeu sua primazia no interior da escola secundária do Brasil na primeira república. Um novo desenho curricular para a escola secundária brasileira foi estruturado baseado na cultura científica e técnica e em valores mais utilitários no início dos anos sessenta do século XX, em particular com o advento da Lei 4.024/61.

A criação do Ginásio Estadual em Tangará da Serra se fez necessária devido ao número crescente de migrantes, em particular mineiros, paulistas e paranaenses que chegavam à localidade com a educação primária concluída e não podiam dar continuidade aos seus estudos. Havia também aqueles estudantes que tendo concluído a 4ª série do ensino primário na Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, ou nas Escolas Reunidas de Tangará da Serra, ou em alguma escola rural, desejavam ampliar suas vidas escolares.

O Ginásio Estadual, a fim de atender uma demanda existente, começa a se configurar, a princípio como um anseio da comunidade local, e em seguida com o apoio da Delegacia de Ensino e Cultura de Rosário Oeste. A expansão do ensino médio era um movimento, nesta segunda metade do século XX, que estava acontecendo em várias regiões do Brasil.

Em meados do século XX, a situação do ensino secundário no Brasil havia se alterado significativamente. A expansão expressiva, quando comparada às décadas anteriores, se ainda não propiciaria uma democratização efetiva, caminhava a passos resolutos para essa direção à medida que se intensificava a demanda das camadas médias e de setores das classes populares e crescia a rede de escolas estaduais e particulares (SOUZA, 2008, p.203).

Em Mato Grosso, esta expansão é traduzida pelo movimento migratório, fazendo com que surgissem várias escolas primárias e médias em localidades que na década de setenta iriam se configurar como novos espaços urbanos e emancipados politicamente, configurando-se como sedes municipais, como foi o que aconteceu com Tangará da Serra, em 1976.

### 1. O tempo e os espaços do Ensino Médio em Tangará da Serra

Para que pudesse dar início às atividades do ensino médio, com o ciclo ginásial, foi organizado conforme preconizava a Lei 4.024/61, o exame de admissão.

**Art. 36.** O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo (BRASIL, 1961).

No início do mês de março de 1969 foi constituída uma comissão organizadora para a realização do exame de admissão, composta pelos seguintes futuros professores do ginásio estadual: o presidente da comissão Albino Ferraz, e os outros membros, Ir. Maria Laura Hansel (Ir. Myriam), Ciro Cândido de Freitas e Neide Oliveira Parada. As provas do primeiro exame de admissão em Tangará da Serra foram realizadas no período de 11 a 14 de março de 1969. Na ocasião os alunos fizeram provas escritas de Português, Matemática, História e Geografia. Para ser aprovado o aluno deveria ter as notas das quatro disciplinas somadas e divididas por quatro, e o aluno que alcançasse nota superior ou igual a cinco pontos seria aprovado. No primeiro exame de admissão, 58 alunos fizeram as provas e todos foram aprovados.

Conforme o Regimento do Ginásio Estadual<sup>7</sup>, aprovado em 20 de setembro de 1969, os exames de admissão eram realizados em duas épocas, nos meses de dezembro e fevereiro. Para inscrição no exame de admissão, era exigida a seguinte documentação: requerimento em modelo oficial; certidão de nascimento ou carteira de identidade para comprovar a idade, pois o candidato deveria ter 11 anos de idade ou completar 11 anos até 31 de dezembro do ano do exame; provas regulamentares de sanidade física e mental e de imunização anti-varíola recente; e outras provas que as autoridades sanitárias julgassem necessárias; certificado de conclusão do curso primário, ou atestado idôneo de haver recebido satisfatória educação primária. Os maiores de 18 anos deveriam apresentar prova de quitação eleitoral e prova de quitação de serviço militar para os homens. As fotocópias autenticadas dos documentos deveriam ser entregues na secretaria da escola.

Os alunos faziam provas de exame de admissão das disciplinas de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia do Brasil. Cada prova tinha uma duração de 90 minutos. Era dado a este exame um caráter solene, pois os candidatos deveriam estar no local da prova com 30 minutos de antecedência, podendo utilizar para a sua realização apenas caneta esferográfica azul ou preta.

A prova de Português deveria constar de ditado de textos de autor contemporâneo, escolhido no momento da prova, no valor de três pontos; uma redação de 15 linhas sobre assunto familiar aos candidatos, com valor de quatro pontos; e, três questões objetivas de gramática abrangendo o estudo das classes de palavras, bem como, o de estrutura geral de oração simples, com valor de três pontos.

A prova de Matemática estava dividida em duas partes, com valor de cinco pontos para cada uma delas. A primeira deveria contar com cálculo elementar de aritmética e morfologia geométrica para aplicação desses cálculos e unidades de uso mais correntes do sistema métrico brasileiro, compreendendo três problemas elementares práticos. A segunda parte da prova era formada por 10 questões de caráter prático e imediato relacionados aos assuntos do programa do exame de admissão.

Para História e Geografia do Brasil o aluno deveria fazer um prova com 20 questões para cada disciplina, em forma de testes de lacuna, com o valor de meio ponto cada questão. Em História do Brasil o conteúdo exigido deveria dar destaque aos “grandes

---

<sup>7</sup> O Regimento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra é um documento de 41 páginas, datilografado em papel ofício com data de 20 de setembro de 1969, composto por 155 artigos distribuídos em títulos e capítulos.

vultos” da história. Para Geografia a prova deveria contemplar questões sobre Geografia do Brasil e alguns conhecimentos de Geografia Física e Política.

Os conteúdos exigidos eram relacionados com a proposta do ensino primário. Em Português a ênfase era dada à ortografia e à gramática e em Matemática aos resultados dos cálculos aritméticos. Em História e Geografia o predomínio de conhecimento exigia a memorização de fatos, datas e espaços específicos individualizados.

Este exame tornava-se um impedimento para a continuidade dos estudos, em especial para aqueles alunos que tinham estudado em regiões rurais, cujo ensino não apresentava a qualidade necessária para aprovação. Portanto, em Tangará da Serra, os resultados do exame de admissão foram significativos, dado a alta taxa de aprovação, como podemos conferir na tabela a seguir, porém, existiam aqueles que não realizavam o exame já pensando antecipadamente em uma suposta reprovação.

Nos anos 70, com a Lei 5.692/71, altera-se a estrutura escolar. O exame de admissão foi abolido e o ensino de 1º grau passou a durar oito anos letivos, cuja obrigatoriedade consistia na idade de sete a 14 anos de idade, atendendo aos dispositivos constitucionais de 1967 que eliminavam a separação entre ensino primário e ginásial, sendo substituindo por uma educação integrada de oito anos.

Até 1971, somente os aprovados no exame de admissão teriam o direito de matricular-se no curso ginásial, mas, após 1971 esta exigência foi então, abolida. O ingresso no Ginásio Estadual era feito através da matrícula, durante os meses de janeiro e fevereiro, havendo até 1971 a obrigatoriedade da apresentação da comprovação do certificado no exame de admissão, dentre outros documentos escolares e civis conforme a idade do aluno. Exigia-se também: requerimento de matrícula dirigido ao diretor, duas fotografias 3x4, uma pasta individual, uma caderneta escolar e declaração de confissão religiosa do aluno, firmada pelo pai e responsável, quando menor. O modelo das declarações era fornecido pelo estabelecimento de ensino.

Caso o aluno reprovasse no ano letivo anterior, só faria a matrícula novamente, se houvesse vaga e também se a direção concordasse com a renovação da matrícula, depois de observar a vida escolar pregressa do aluno. No período de matrícula havia uma hierarquia para sua realização que consideravam inicialmente aptos para a matrícula, os candidatos aprovados no exame de admissão, pela ordem de classificação, depois os aprovados em outros estabelecimentos, em seguida os repetentes e por último os transferidos.

As salas de aula eram formadas com no máximo 50 alunos. Como Tangará da Serra recebia migrantes constantemente, sempre novas turmas eram formadas, ficando fora da escola, apenas aqueles alunos que chegavam à localidade no curso do ano letivo sem transferência escolar.

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra começou a funcionar no dia 18 de março de 1969, com duas turmas de 1ª série, sendo uma no período matutino e outra no período noturno. Conforme regimento, o calendário escolar era composto de 200 dias letivos, dividido em dois períodos letivos, o primeiro, deveria iniciar as aulas em primeiro de março e terminar em 30 de junho, e o segundo iniciar em primeiro de agosto até no mínimo 30 de novembro. O mês de julho era destinado às férias escolares.

O Ginásio Estadual funcionava em regime de externato para ambos os sexos. Sua organização administrativa era formada por: diretor, conselho de professores, corpo docente, corpo discente, secretaria e auxiliares administrativos, inspetoria de alunos, portaria e zeladoria. A autoridade máxima da escola era o diretor, outras decisões também poderiam ser tomadas pelo conselho de professores.

O currículo do curso ginásial em Mato Grosso foi aprovado em 07 de fevereiro de 1968, pelo Conselho Estadual de Educação, e homologado pela Portaria nº 55 de 28 de fevereiro de 1968, publicada em Diário Oficial em 06 de março de 1968. A grade curricular era composta de quatro núcleos de disciplinas; o primeiro, Disciplinas Obrigatórias do Sistema Federal: Português, Matemática, História, Geografia e Ciências; no segundo, Disciplinas Complementares, estudava-se Organização Social e Política Brasileira e Desenho; o terceiro núcleo, Disciplinas Optativas, contemplava as disciplinas de Inglês e Educação Artística; e o último núcleo, formado pelas Práticas Educativas, determinava as disciplinas de Religião, Educação Técnica Manual, Educação Artística e Educação Física.

A disciplina de Educação Artística aparece em dois núcleos diferentes, porém em cada núcleo é oferecida em séries diferentes. Hierarquicamente a grade curricular tem como disciplinas de maior número de aulas semanais, somando as quatro séries do ensino ginásial, as disciplinas de Português com 20 aulas<sup>8</sup>, e em seguida a disciplina de Matemática com 16 aulas; as disciplinas de História, Inglês, Educação Artística e Educação Física tinham oito aulas; Geografia e Ciências, seis aulas; e OSPB, Desenho, Religião, Educação Técnica Manual tinham quatro aulas. Em 1972, a disciplina de Educação Moral e Cívica também passa a compor o rol das disciplinas lecionadas no Ginásio Estadual.

O Regimento Escolar expressa a necessidade de evitar no horário escolar a composição de aulas geminadas. Com uma durabilidade de 50 minutos, as aulas das mesmas disciplinas deveriam ter um intervalo de 48 horas. O intervalo para o recreio era de 30 minutos. A disciplina em relação ao horário e à pontualidade às aulas, era controlada pelo inspetor de alunos e também pelo secretário do Ginásio Estadual (BATISTA, 2009). O Ginásio Estadual contou com dois funcionários para a atividade de inspeção de alunos, inicialmente com o senhor Gabriel Constâncio Ramos e depois com o senhor Antelmo Martinelli. Os alunos tinham quatro aulas por dia, inclusive aulas aos sábados para o período matutino. Os alunos do período noturno não realizavam as disciplinas de Educação Técnica Manual e nem de Educação Física, pois com carga-horária inferior não havia necessidade de aulas ao sábado.

As aulas de Ensino Religioso, até 1970, eram dadas em todas as salas de aula ao mesmo tempo. Os alunos eram divididos em duas turmas conforme suas confissões religiosas. Os protestantes, tinham aulas com o diretor que era também pastor da Igreja Batista e os católicos tinham aulas com o professor e pároco Edgar Henrique Mueller. Esta divisão foi acordada após embate entre o pastor e o padre pela docência da disciplina de Ensino Religioso, pois, segundo Ferraz (2009), apenas o padre queria ensinar religião na escola, em desacordo organizaram então turmas diferentes.

---

<sup>8</sup> Atende o dispositivo do Artigo 40 da Lei 4.024/61.

Nos anos subsequentes de funcionamento do ginásio estadual, a aula de ensino religioso era trabalhada com todos os alunos da escola ao mesmo tempo, uma vez por semana, e em alguns anos, em um espaço de duas semanas, com horário maior. Tal informação pode ser comumente encontrada nos livros de registro de Ponto Diário de aulas de professores e pessoal administrativo do Ginásio Estadual e do 2º Grau de Tangará da Serra. Em 1973, há vários registros como: “a noite aula de formação religiosa”, “para o período da manhã houve aula de formação religiosa”. Havia também momentos de aulas de ensino religioso que contemplassem professores católicos e protestantes. Em 1974, é registrado no livro de Ponto Diário..., “aula de religião após a 3ª aula do período noturno, ministrada por Pe. Edgar, Ir. Gisela, Ir. Osvalda e Pastor Adomiram”.

Sendo realizadas por padres, freiras ou pastores, as aulas de ensino religioso faziam parte do cotidiano do Ginásio Estadual. O trabalho com esta disciplina acirrava, mesmo que de forma velada, os ânimos entre católicos e protestantes. Percebe-se nos depoimentos de alunos e professores católicos, uma representação normal das aulas de Religião, eles não viam conflitos entre católicos e protestantes, porém, os alunos e professores protestantes, quando entrevistados, enfatizam a presença marcante dos ritos e da cultura católica na escola. A escola estava pronta para o processo de catequização e qualquer interferência neste processo seria desnecessária segundo as lideranças católicas.

Com este currículo marcado pelas ciências, porém contornado pela presença da religião e do civismo, começou a funcionar em 1969, em uma casa na Avenida Brasil de propriedade do senhor Antônio Hortolani, uma instituição escolar, que seria posteriormente denominada de Ginásio Estadual de Tangará da Serra.

Espaço era aqui na Avenida Brasil, onde era a casa do Senhor Hortolani, seu Hortoloni mudou para a casa no fundo, na quadra de baixo e ali, começou a funcionar, era a secretaria onde o José Onofre trabalhava e uma sala de aula do lado, começou uma quinta-série de manhã e outra noturna (PEREIRA, 2009).

O Ginásio Estadual começou a funcionar, assim como a primeira escola rural de Tangará da Serra, como uma iniciativa da comunidade. O Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Educação e Cultura, chega apenas para institucionalizar o processo que já estava organizado pela população que via a importância de oferecer continuidade de estudos aos seus filhos e filhas.

A casa, uma construção de madeira, para o funcionamento das primeiras salas de aula, foi cedida pelo proprietário, que era gerente da colonizadora SITA e que também tinha interesses em que a localidade de Tangará da Serra crescesse, pois havia muitos lotes urbanos e rurais para venda. A presença do curso ginásial combinava com a estratégia de propaganda da colonizadora que aliava à educação dos filhos, um futuro promissor para a família migrante.

O ensino noturno era possível em função da energia termoeleétrica fornecida por um motor da colonizadora que era instalado nas proximidades da máquina de arroz do senhor Silvio Paternez. A ex-aluna Ivone Paternez Gonçalves (2009) descreve o funcionamento e o racionamento da energia:

Era um motor que iluminava a avenida, e as casas do Senhor Antônio Baiano, do Senhor Giró, a nossa casa, do senhor Jonas, do senhor Francisquinho, nas casas que tinha na Avenida Brasil, tudo tinha bico de luz. O motor só funcionava à noite. De manhã funcionava quando era pra falar no rádio amador. Eram dois horários, de manhã que falava com Tupã e ao meio dia ligava uma meia hora e a noite ligava para iluminar a cidade (GONÇALVES, 2009).

Durante o ano de 1969, enquanto o ginásio estadual funcionava de forma provisória, na antiga casa do senhor Antônio Hortolani, houve uma mobilização junto à comunidade para a construção de duas salas de madeira agregadas ao Grupo Escolar de Tangará da Serra.

O professor José Neves Sena (2009), relata que solicitou pessoalmente à diretora Ir. Myriam Hansel, a construção de duas salas de madeira agregadas às salas de alvenaria do Grupo Escolar. Com a autorização da diretora, ele mobilizou a população local para angariar recursos para a compra do material necessário à construção.

Ir. Myriam Hansel, sobre a construção das salas de aula para o ginásio, fez o seguinte registro no livro de crônicas: “O ginásio foi aprovado dia 9 de março, mas começou a funcionar dia 18 por falta de salas de aula. O povo interessado construiu duas salas de madeira servindo também para o Grupo” (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1970, p.16).

A comunidade mobilizou-se para a construção das novas salas de aula para o funcionamento do Ginásio Estadual, que já era denominado extra-oficialmente pela população de “29 de Novembro”, nome que só em 1976 foi oficializado. Os contribuintes recebiam um diploma de participação, como foi o caso do senhor Joaquim Alves da Silva<sup>9</sup>, que contribuiu com cinco cruzeiros.

Quando funcionava nas salas de madeira, o secretário José Onofre Batista, utilizava a mesma secretaria do grupo escolar. No período noturno, como os fios de energia não chegavam até a rua 13<sup>10</sup>, onde estava localizado o grupo escolar, foi realizada nas salas de aula e na secretaria, a instalação de luz à gás. Cada sala de aula tinha de quatro a cinco lampiões que iluminavam o espaço para o estudo. O secretário era o responsável por ligar e desligar os lampiões.

O Ginásio Estadual utilizou as salas de madeira do Grupo Escolar de Tangará da Serra apenas até o ano de 1971, quando foi inaugurado, no dia 27 de março de 1971, sábado, um prédio, construído em alvenaria para abrigar o Ginásio Estadual, cujos autores da planta, eram os engenheiros Oscar Arine e Armenio I. Arakelian. “Nos fins de setembro iniciaram a construção de seis salas de aula para nelas funcionar o ginásio em 1971” (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1970, p.20).

Este novo espaço escolar para o Ginásio Estadual de Tangará da Serra existiu como espaço-território, por 35 anos, até a sua completa demolição em 2006. Em seu lugar foi

<sup>9</sup> Reside em Tangará da Serra, desde 1968; militou no sindicato dos trabalhadores rurais; foi vereador na primeira câmara legislativa de Tangará da Serra; foi fundador do Distrito de São Joaquim, em Tangará da Serra.

<sup>10</sup> Atualmente Rua Euclides Geraldo Medeiros.



construído outro prédio para o funcionamento da Escola Estadual “29 de Novembro”.

Viñao (2005) aponta que para a compreensão da cultura escolar de uma determinada instituição educativa, em conjunto com o tempo, os discursos e as tecnologias da conservação e a comunicação nela utilizados, é importante considerar o uso do espaço, em sua dupla configuração como lugar e território.

A configuração do espaço como lugar, esse ‘salto qualitativo’ que implica o passo do espaço ao lugar, é o resultado de sua ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. É, pois, uma construção realizada a partir do espaço como suporte sempre disponível para converter-se em lugar, para ser construído e utilizado. Nesse sentido, a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação do espaço e sua conservação em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar –, uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território (VIÑAO, 2005, p.17).

O espaço-lugar do Ginásio Estadual de Tangará da Serra localizava-se na quadra 129 da planta urbana geral de Tangará da Serra, cuja entrada, o portão principal e único, estava disposta para a Rua 26. As paredes das salas de aula estavam próximas ao limite com a Avenida Brasil. Sua arquitetura apresenta um grande retângulo fechado, com apenas um portão principal. Tomando-o como referência, há em sua planta baixa, seis salas de aulas no lado esquerdo, e outras dependências no lado direito, como uma sala construída posteriormente para ser a biblioteca da escola, uma sala conjunta para secretaria e diretoria, sanitários femininos e masculinos e uma cantina com depósito. Ligando os dois blocos há um espaço de circulação coberto. Todo o piso das salas de aulas era de cimento queimado com vermelhão, e do portão principal até o espaço de circulação, o piso era de cimento queimando com sarrafo.

Da sala da secretaria e da diretoria permitia-se uma visão global das salas de aula, e de toda a movimentação dos alunos e professores no pátio interno da escola. O diretor, e ou inspetor de alunos, poderia exercer com facilidade o controle dos discentes e docentes, dada a forma da arquitetura do ginásio.

Na secretaria da escola até o ano de 1975, o espaço era ocupado por escrivainhas, armários de madeira, arquivos de aço, máquinas de calcular e escrever e pelos funcionários. Havia na sala da secretaria e diretoria um banheiro com vaso sanitário e pia, que poderiam ser usados pelos professores e funcionários. Regimentalmente a secretaria era responsável pelo serviço de escrituração escolar, inclusive do controle econômico e financeiro, arquivo e correspondência do estabelecimento de ensino.

Os responsáveis pela realização dos trabalhos na secretaria eram o secretário e os agentes administrativos. As atividades executadas na secretaria eram controladas pelo diretor. O quadro de funcionários do período de 1969 até 1976 foi bastante variado,

permanecendo por todo este período, na mesma função, apenas o secretário José Onofre Batista. Ele auxiliou na criação do Ginásio Estadual e foi responsável pelo processo que culminou com a integração física e escolar do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” com a Escola Estadual de I e II Graus de Tangará da Serra em 1976.

Segundo seus relatos e de ex-alunos, o secretário, era autoridade significativa dentro da escola. Ele verificava alunos que não estavam usando uniforme corretamente e solicitava-os que voltassem às suas casas, e ainda realizava, de forma incisiva, a cobrança da caixa-escolar para angariar fundos necessários à manutenção da escola.

A secretaria era o espaço mais visitado pela equipe da Delegacia de Ensino de Rosário Oeste, mensal ou bimestralmente. Na documentação escolar, observam-se registros sobre a presença da delegada de ensino, Ir. Maria Monfort e de suas sucessoras após 1973, averiguando os registros da secretaria e o trabalho dos professores. Não há apontamentos na documentação escolar verificada, que apresentem alguma recomendação posterior ao trabalho de inspeção escolar, apenas registros da presença da equipe da delegacia de ensino. “Período noturno, visita de pessoas vindas da delegacia, responsáveis pelos seguintes setores: caixa escolar, prestação de contas, folhas de pagamento e técnico pedagógico” (GINÁSIO ESTADUAL, 1974). Segundo Batista (2009) o processo de inspeção era normal, eram verificados os documentos, a qualificação do ensino, conversava-se com os professores e também com os alunos para saber como estava o ritmo das aulas.

Na mesma sala onde funcionava a secretaria, havia também o espaço para a diretoria, ocupada pelo diretor da escola, nomeado pelo governo do Estado de Mato Grosso, escolhido dentre os professores efetivos do estabelecimento de ensino. Para auxiliar o trabalho do diretor, depois de 1972, também havia um vice-diretor, que o substituíam em sua ausência. Toda a responsabilidade da escola estava sobre o diretor. Em Tangará da Serra, mesmo o regimento prevendo, como não havia professores efetivos, os diretores eram contratados pelo Estado de Mato Grosso, sempre exercendo a dupla função de diretor e professor ao mesmo tempo.

Dentre as tarefas básicas do diretor, estava o cumprimento da legislação educacional brasileira; representar sempre que fosse necessário, a escola em eventos públicos; fazer cumprir o regimento escolar; manter correspondências com as autoridades superiores de ensino; dar posse e exercício a professores e funcionários; convocar e presidir reuniões com docentes e funcionários; manter no estabelecimento, rigorosa disciplina; aplicar as penas disciplinares; controlar a presença dos professores e funcionários; fixar datas específicas para exames; presidir o conselho de professores; e, assinar os documentos escolares (GINÁSIO ..., 1969, p.22-23).

Os diretores, além do espaço da sala de aula como professores, sempre realizavam outras atividades com os alunos. O pastor Albino Ferraz, como era bacharel em Teologia com especialização em música sacra, organizou um coral com os alunos, porém teve pouco êxito com os alunos católicos, pois, segundo ele, o Padre Edgar Henrique Muller fez uma campanha para que os alunos não participassem, pois se tratava de músicas protestantes (FERRAZ, 2009). Era comum também a realização de palestras que envolvessem todos os alunos. Em 25 de outubro de 1971, o diretor José Gonçalves Capucho realizou uma

palestra sobre Organização das Nações Unidas – ONU para todos os alunos do período noturno.

O tempo máximo de direção no grupo escolar foi de dois anos. Nos dois primeiros anos de implantação e funcionamento do ginásio estadual, a direção foi exercida pelo P. Albino Ferraz, que além de diretor, era professor de Português. O diretor José Gonçalves Capucho, em 1972 era professor de Educação Moral e Cívica. O Pe. Renato Roque Barth dividia a direção da escola com a função de professor de Ciências. Os diretores de 1974 e 1975 eram apenas diretores e durante suas gestões não exerceram a função de professores.

O cotidiano do grupo escolar fora marcado com alguns conflitos entre diretores, professores e alunos. Embora haja poucas informações nos relatos, pois, os depoentes têm sempre o cuidado de construir um ambiente de solidariedade e paz, percebe-se um jogo de poder entre a secretaria e alguns diretores, em especial, durante a gestão do Pe. Renato Roque Barth, considerado por muitos depoentes como “pessoa com idéias avançadas para a época”. Ele quebrava a regularidade da escola, não atentando para a imposição regimental. Isso criava desconforto em quem queria ser aplicador das normas regimentais. No dia 12 de outubro de 1973 o diretor fez o seguinte registro no livro ponto: “Dispensei as aulas por ser dia do meu aniversário” (GINÁSIO ESTADUAL, 1973).

De uma forma geral, percebe-se um bom relacionamento entre os diretores e professores. Desta forma a sala dos professores era um ambiente muito movimentado, local usado para que os professores pudessem preparar suas aulas, organizar suas atividades, guardar seus livros e materiais pedagógicos.

No ambiente da sala dos professores estavam escrivaninhas com cadeiras para a preparação de aulas, correção de atividades e avaliações. Um armário para livros e espaços individuais para cada professor, máquinas de datilografia, mimeógrafo a álcool para reprodução de textos, atividades e provas para os alunos. Parte dos documentos utilizados na secretaria, era reproduzida também no mimeógrafo. Mapas e globos, presentes nas lembranças de ex-alunos como materiais didáticos das aulas de Geografia, em especial nas ministradas pela Ir. Myriam Hansel, compunha o cenário da sala dos professores.

Junto à parte administrativa da escola, próximo à secretaria, conforme a planta baixa, está uma sala construída pelo ginásio. Este espaço foi construído através de doações da comunidade, junto com a construção das outras dependências da escola realizadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Este foi o espaço utilizado como sala dos professores.

Durante os anos de sua existência, outras salas foram agregadas ao prédio do ginásio para atender a demanda de alunos e as necessidades escolares, como bibliotecas, dentre outras. Conforme o registro no Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, estes novos espaços eram construídos com o auxílio da comunidade. “Nos dias 19 e 20 de maio realizou-se, no salão paroquial, uma festa popular e leilões em benefício da construção da secretaria e biblioteca do ginásio local” (LIVRO TOMBO, 1973, p.70).

O cotidiano do espaço-território desta instituição de ensino era marcado por muito movimento, em especial no período noturno, pois era um dos poucos espaços de

encontro e socialização da juventude da localidade. Estar na escola, como depoimentos de alguns alunos, era participar do movimento cidadão de Tangará da Serra.

Estes encontros na escola, em especial no período noturno, muitas vezes não eram realizados devido à dispensa das aulas, por vários motivos, principalmente pela ausência de energia elétrica. O abastecimento de energia elétrica era feito por um motor localizado na escola. A Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso mandou o motor para a escola e sua manutenção era realizada pela prefeitura municipal de Barra do Bugres. Sempre alguém da escola, geralmente o secretário, responsabilizava-se em ligá-lo para o início das aulas noturnas e desligá-lo ao término destas. São inúmeros os registros no livro de ponto de professores, cujas observações referem-se às dispensas das aulas por ausência de energia, relacionada a problemas mecânicos no motor ou falta de óleo combustível para seu funcionamento. As chuvas, quando torrenciais, eram motivos para que as aulas fossem suspensas, pois o acesso dos alunos à escola, por ser todo o espaço sem pavimentação, ficava comprometido.

O serviço de limpeza do ginásio estadual ficava sobre a responsabilidade dos funcionários contratados para este fim. No início do Ginásio Estadual apenas a senhora Maria Zamparoni de Andrade fazia a manutenção das salas de aula, onde funcionava o ensino ginásial. Com a inauguração do novo prédio, outras funcionárias foram contratadas, pois o número de alunos e salas de aula aumentou.

Os funcionários eram responsáveis pelo serviço de limpeza das salas de aula, dos banheiros, do setor administrativo da escola e do pátio, e também pelo abastecimento de água dos filtros das salas de aula e do espaço de circulação. Quando não estavam na execução de suas tarefas, que eram feitas diariamente, ficavam no espaço da cozinha. No Ginásio Estadual não era oferecida merenda para os alunos.

No espaço da cozinha, além da pia, havia armário para guardar louças e vasilhas, um fogão e uma geladeira a gás. A geladeira pouco funcionava. No ambiente restrito aos professores e funcionários da escola havia também uma mesa, para que durante o recreio os professores pudessem tomar café, bebida servida todos os dias durante os intervalos.

O abastecimento de água para a escola era feito através de um poço semi-artesiano, movimentado por uma bomba, que abastecia uma caixa de água de fibrocimento, distribuindo água para a cozinha, torneiras no pátio da escola e para os banheiros. Na escola havia dois banheiros, um feminino e outro masculino, cada banheiro com três vasos sanitários, e com três pias para lavagem das mãos.

Ao verificar a planta baixa da escola, percebe-se que junto ao espaço denominado merenda, há um pequeno espaço para depósito. Este funcionava como um local para armazenar produtos de limpeza e higiene da instituição escolar, e outros elementos como ferramentas indispensáveis para execução de pequenos reparos estruturais.

Fora deste espaço retangular que era a escola, foi construído também nos anos 70 do século XX uma quadra de esportes para a prática desportiva dos alunos. A quadra era de cimento queimado e ao seu redor foi construída uma arquibancada de madeira para que as pessoas pudessem acompanhar melhor as atividades esportivas e festivas desenvolvidas naquele local.

A quadra de esportes da escola era um espaço integrador, pois nele se realizavam várias festas da localidade. A criação da quadra esportiva mobilizou a população de Tangará da Serra e deu maior visibilidade para o Ginásio Estadual, pois seu espaço era utilizado constantemente para promoções de diversas entidades.

Nos dias 21 e 22 [de junho] realizou-se o '1º Festão do Arraial', assim chamado porque reuniu várias entidades locais numa só festa, em volta da quadra de esportes. A quadra ficou livre para danças folclóricas e quadrilhas. A Igreja também participou desta festa, para promover cada vez mais a união e a colaboração entre diversas entidades da nossa sociedade (LIVRO TOMBO, 1975, p. 81).

O Jornal Folha de Tangará, de 29 de junho também noticiou como manchete a festa realizada na quadra de esportes, e destacou a participação de seis entidades diferentes como: Grupo Escolar Dr. Antonio Ataliba de Oliveira Neto, Oitava Série do Ginásio Estadual, Centro Cívico, Mobral, Igreja e a ASTAI.

## **2. Pastor, Padres, Freiras e leigos ensinando os alunos migrantes**

A docência do Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi realizada por pessoas que tinham formação de grau médio completa, em poucos casos incompleta, e também de profissionais com ensino superior. Para organizar e dar início ao funcionamento do ginásio foram selecionadas pessoas na comunidade de Tangará da Serra, que pudessem contribuir com a escolarização dos filhos e filhas das famílias migrantes. Desta forma, pastor, padres, freiras e leigos formaram a equipe que deveria contribuir na formação intelectual da população de Tangará da Serra de 1969 à 1975.

Dentre os professores que assumiram esta tarefa, no primeiro ano de funcionamento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, estão: Albino Ferraz, professor de Português e de Educação Artística, membro e pastor da Igreja Batista, bacharel em Teologia, com ênfase em música sacra; Edgar Henrique Mueller, professor de Religião e História, padre jesuíta, teólogo; Maria Laura Hansel (Ir. Myriam), professora de Geografia, cursando o ensino Normal, irmã da Congregação da Divina Providência; Ciro C. de Freitas, professor de Matemática e Inglês, trabalhava com mecânica e funilaria, tinha curso técnico de nível médio; Emílio Fernandez Lopez, professor de Ciências, funcionário da SITA, tinha formação de grau médio; Neide Parada de Oliveira, professora de Educação Técnica Manual, formação de grau médio, não exercia outra atividade além de ser professora e dona de casa, tinha formação de grau médio; e Francisco Ciro Leite, policial da localidade, tinha formação incompleta de Ensino Médio, depois concluiu em Tangará da Serra, era professor de Educação Física.

Dentre estes primeiros professores do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, apenas a Ir. Myriam Hansel estava em formação pedagógica, os demais ensinavam tendo como referência os professores que tiveram quando eram alunos. Em depoimentos, os alunos

da primeira turma a concluir o ensino ginasial em Tangará da Serra, destacam que, todos os professores utilizavam aula expositiva para a abordagem dos conteúdos, porém, alguns se dedicavam mais à sua preparação e execução enquanto outros, segundo depoimento dos alunos, “copiavam o ponto no quadro” e depois lia-o para a classe.

A expressão ter didática, ou não ter didática, é muito comum na memória dos alunos. Para eles, ter didática, era saber explicar o conteúdo, tornar as informações acessíveis para que nas provas pudessem ter bons resultados. Pereira (2009) ao abordar sobre a metodologia de trabalho do professor Albino Ferraz, destaca que: “O professor Albino era ótimo, tinha bastante didática, era aquele professor que trabalhava certinho, era o tipo do professor. Chegava à sala, explicava muito bem. Tinha uma letra muito bonita. Ele era muito bom”.

Em relação ao planejamento das aulas, os alunos têm como referência o material utilizado pelos professores para a condução de sua docência, como uso de fichas, cadernos de anotações, e ou, a presença de material didático em sala de aula. A presença de material didático resumia-se na utilização de mapas e globos, usados pela professora Ir. Myriam Hansel, em Geografia. Segundo os relatos era uma professora muito dinâmica e explicava muito bem os conteúdos.

No Ginásio Estadual de Tangará da Serra, os professores deveriam seguir o programa estabelecido pela Delegacia de Educação e Cultura; os mesmos tinham liberdade para formular as questões nas provas e exames e autoridade para julgamento das respostas dos alunos. Os professores, embora em maioria não habilitados para a função, eram autoridades em sala de aula e na comunidade.

Regimentalmente, os professores deveriam: zelar pela disciplina da escola e de sua sala de aula; apresentar, no início do ano letivo, o plano de curso a ser revisado pelo diretor; executar o programa de sua disciplina de acordo com o plano de curso autorizado pelo diretor; desenvolver a educação moral e cívica dos alunos; escriturar de forma correta o diário de classe e o livro ponto; promover aulas que contemplem atividades extraclasse; comentar com os alunos os resultados das provas, esclarecendo os erros cometidos; participar de cursos de aperfeiçoamento; fazer questionamentos cotidianamente aos alunos sobre os conteúdos trabalhados; manter os alunos na classe durante as aulas; escolher os livros didáticos a serem trabalhados com os alunos dando conhecimento à diretoria; participar das atividades solenes indicadas pelo estabelecimento de ensino (GINÁSIO... 1969).

O modelo de professor esperado no ginásio era de um professor comprometido com a disciplina dos seus alunos, atento para com as solicitações da direção e formador de alunos conhecedores dos conteúdos curriculares, e patriotas. Nas ações curriculares da escola percebe-se uma transversalidade na formação cívica e moral dos alunos, uma preocupação para além do ensino de conteúdos de uma disciplina.

O professor, em conformidade com o regimento escolar, não tinha muita autonomia, porém, quando os alunos caracterizam o cotidiano da escola e de suas salas de aulas, percebe-se uma autônoma considerável do professor, em relação aos conteúdos e aos métodos trabalhados.

O órgão de representação dos professores, era o Conselho de Professores, que, depois do diretor, era o órgão máximo da escola. O conselho era formado por um professor de cada disciplina e presidido pelo diretor. Este Conselho tinha diversas atribuições, tais como: emitir parecer sobre qualquer assunto de ordem didática ou disciplinar; organizar comissões para discutir assuntos de interesse do ginásio; reavaliar o rendimento escolar do aluno emitindo parecer sobre o resultado final do aproveitamento escolar; e propor modificações no Regimento Escolar.

Além dos professores que trabalharam em 1969, outros realizaram trabalhos de docência no ginásio, de 1970 até 1971 e no ensino de 1º grau, de 5ª à 8ª série até 1975, conforme verificação no livro de registro de frequência. Foram professores durante este período: Pr. Albino Ferraz, Alvina Barreto, Antônio Tonon, Ataliba José Pegorini, Ir. Delfina Müller, Dirce Rigolon Silva, Pe. Edgar Henrique Muller, Francisco Ciro Leite, Ir. Florida Kroetz, Ir. Gisela Neuman, Inês Rodrigues dos Santos Cera, José Delcaro, José Gonçalves Capucho, José Neves Sena, Kiyoshi Hasegawa, Júlio Garcia Cagnin, Maria Amélia, Maria Eugênia Bergamim, Maria Garcia Villaça, Marilene da S. Pegaroni, Ir. Maria Laura Hansel, Maria Helena Batista, Neusa Barbosa Matias, Pe. Renato Roque Barth, Suzi Porfírio, Thais Bergo Duarte Barbosa<sup>11</sup> e Yone Aparecida C. Raffa.

Estes professores, listados no parágrafo anterior, também continuavam com a mesma metodologia dos professores de 1969, uma parte considerável aprendeu a lecionar nas salas de aulas do ginásio estadual. Conforme o número de migrantes aumentava a população em Tangará da Serra, novas salas de aula foram surgindo e o número de professores foi crescendo.

As questões cotidianas relacionadas ao trabalho docente eram muito pontuais. Há vários registros de ausência de professores nas aulas, alguns justificados por problemas de saúde, atividades relacionadas à escola e outros motivos. Porém, há muitas ausências sem justificativa. Em 1970, a direção do ginásio criou um documento para que o professor justificasse sua ausência. Conforme Batista (2009) muitas ausências dos professores estão no fato de que eles, exerciam outras atividades além do magistério, e em maior parte a docência não era a atividade principal.

No livro ponto dos professores, que funcionava também como um diário de anotações do cotidiano escolar, encontra-se registro de queixas de alunos em relação ao trabalho dos professores. As reclamações foram informadas em nome da turma mantendo de forma sigilosa o nome do representante de sala ou o reclamante do fato, como no registro de 20 de setembro de 1972. “A 2ª série noturna chefiada por alguém reclamou na secretaria certas atitudes do professor de português” (GINÁSIO, 1973, p.22).

Houve casos em que o professor ao se ausentar da escola, solicitava que alguém o substituísse, muitas vezes, pessoas sem formação para a docência. Em outras ocasiões, as próprias pessoas da escola realizavam esta atividade. “As aulas de História e Geografia foram dadas por auxiliar administrativo” (GINÁSIO, 1972, p. 12).

---

<sup>11</sup> Thais Bergo Duarte Barbosa era esposa do prefeito do município de Barra do Bugres José Amando Barbosa (1970-1974) e com a emancipação de Tangará da Serra foi eleita sua primeira prefeita em 1976.

Nas lembranças dos alunos, estão presentes estas ações de ausência de professores, da dispensa de aulas por esse motivo, e da falta de profissional qualificado para o magistério, porém, em seus relatos fica evidente a autoridade do professor e o compromisso deles ao assumir papéis, um deles, o de ser professor, para contribuir com a comunidade que se organizava em Tangará da Serra, ajudando na formação de crianças, adolescentes e adultos que buscavam a escola.

Os estudantes migrantes, além do controle feito pela arquitetura escolar, tinham um controle jurídico exercido pelo Regimento Escolar, que para eles reservava poucos direitos, o de receber adequada orientação, podendo frequentar além das aulas da série, as sessões destinadas a trabalhos complementares, o de participar de excursões de atividades esportivas, e de utilizar a biblioteca da escola. Em relação aos deveres, são 18 itens a obedecer e 20 proibições.

Em se tratando dos deveres, pode-se pontuar a necessidade de acatar a autoridade do diretor, professor, secretário e demais funcionários da escola; usar diariamente o uniforme; apresentar-se com asseio e alinhado; levantar-se em classe à entrada e saída do professor, do diretor, de autoridade de ensino ou de visitantes; dentre outros deveres (GINÁSIO, 1969).

Em relação às proibições estão as questões relacionadas à entrada e saída da sala de aula sem a permissão do professor; distrair a atenção do colega durante a aula; usar o nome do estabelecimento sem autorização do diretor; desacatar a autoridade do diretor, do professor; formar grupos e promover algazarras nos corredores; e outras questões de ordem moral.

Os alunos se envolviam diariamente em atividades extraclasse, como a realização de peças teatrais, solenidades com representantes políticos e cívicas, realização de festas juninas, dentre outras. Há vários registros de dispensas de aulas para ensaio de marchas, para organizar o jardim da escola e para apresentação de teatro.

As atividades artísticas sempre contaram com a participação do aluno José Amaury Pereira<sup>12</sup>, que criava, dirigia e atuava em diversas peças teatrais em Tangará da Serra. Era também o instrutor da fanfarra. As peças teatrais dos alunos de Tangará da Serra eram representadas em outras cidades, como destaca a Folha de Tangará.

Elenco teatral de Tangará, apresentou ontem em Rosário Oeste a peça ‘E daí, Bicho?’, a convite da Sra. Delegada de Ensino, que promove naquela cidade uma campanha beneficente em prol da compra de mãos mecânicas à uma jovem daquela localidade, que teve as duas mãos amputadas devido à um acidente elétrico naquela cidade. O elenco tangaraense, em nome de todo o povo de Tangará, foi lá levar seu quinhãozinho de ajuda, pois a renda da apresentação foi totalmente revertida à essa campanha. A Folha de Tangará, congratula-se com este elenco teatral, desejando-lhes muito sucesso (FOLHA DE TANGARÁ, 1974, p.3).

<sup>12</sup> José Amaury, conhecido como Amaury Tangará, é diretor de teatro e cineasta. Em matéria concedida a BOTELHO, Miriam. Amaury Tangará lança vídeo e prepara peça baseada em Dicke. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, 18 mar. 2001. Personalidade. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=44502>. Acesso em 29 ago. 2009, o cineasta relata que sua carreira artística foi influenciada pelo Pe. Renato Barth, pois era ele que emprestava livros, inclusive de Pablo Neruda para que Amaury lesse.



O centro cívico da escola era ativo e desenvolvia várias atividades principalmente na participação de festas, em especial as juninas, para angariar recursos para a manutenção do prédio escolar, pouco assistido ao longo dos anos, pelos governos de Mato Grosso.

O jornal, conhecido como A Razão era realizado pelo Centro Cívico. Era reproduzido no mimeógrafo à álcool na escola. O Jornal continha matérias sobre questões educacionais, políticas e informações diversas sobre o ambiente escolar.

Os alunos eram envolvidos com a escola. E ela era um espaço social por excelência na comunidade de Tangará da Serra. Porém, dos muitos alunos que entravam na escola, poucos permaneciam. O rendimento escolar era avaliado através da realização de trabalhos escolares, testes, arguições, e pesquisas, prevalecendo as provas. O regimento escolar determinava que o professor avisasse com 48 horas de antecedência a aplicação de provas aos seus alunos e que não desse à prova um caráter de solenidade, para evitar nervosismo nos alunos. Recomendava também que o professor elaborasse as provas em conformidade com o conteúdo trabalhado, que respeitasse o tempo para sua execução e que tais provas fossem elaboradas com objetividade. O Regimento era enfático, ao afirmar que o professor não poderia diminuir notas de alunos por motivos de comportamento.

A média final de cada disciplina era obtida através da soma das sete notas mensais, mais a nota da prova final, multiplicada por três, e depois toda a soma era dividida por 10. Caso o aluno não fosse aprovado, ele poderia realizar a prova de exame de segunda época. A média para a segunda época era a soma das sete notas mensais, mais a nota do exame de segunda época, multiplicada por três, e depois toda a soma era dividida por 10. Os alunos que tivessem 49 pontos ou mais na soma das notas mensais de cada disciplina e que frequentasse 75% das aulas dadas na disciplina eram dispensados da prova de exame final daquela disciplina.

A prova de exame final era realizada para cada disciplina, com uma durabilidade de 90 minutos por disciplina, de forma escrita, planejada e de caráter objetivo. A prova deveria versar sobre todo o conteúdo ensinado na disciplina durante o ano letivo. As provas finais eram prestadas perante uma banca examinadora, formada pelo professor da disciplina e integrada por dois professores do estabelecimento de ensino designados pelo diretor. Para a prova de Português estabelecia-se a obrigatoriedade do exercício de redação e os erros de português deveriam ser objetos de correção em todas as provas de exame final.

Dentre os 58 alunos aprovados no exame de admissão em 1969, apenas 20 concluíram a 8ª série em 1972. Os alunos concluintes da primeira 8ª série, que começaram o ensino ginásial em 1969 em Tangará da Serra, eram considerados, em sua maioria, filhos e filhas de migrantes proprietários de terras e de comerciantes em Tangará da Serra.

A criação e consolidação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, depois em 1973 transformado em Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra, foi responsável pela formação docente dos professores migrantes de Tangará da Serra, em especial, por meio da habilitação em Magistério que formou a primeira turma em 1975.

Ser aluno, professor, ou diretor em espaços de colonização recente, é participar da construção de todos os elementos de infra-estrutura que necessita uma comunidade em

formação. Tudo foi construído. Do meio do cerrado “nasceram” ruas, avenidas, casas, igrejas, lojas e escola. A escola como a marca de consolidação do progresso e da garantia de um bom futuro para a família migrante. *A casa para morar, o comércio para comprar, a igreja para rezar e a escola para instruir*, esta é marca da memória coletiva dos primeiros habitantes de Tangará da Serra.

## Materiais Históricos

### Fontes escritas

Decreto Legislativo nº 2.876, publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de dezembro de 1968.

Decreto Lei nº 1.084 de 04 de março de 1970, dispõe sobre a criação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de março de 1970.

Resolução nº 23 de 10 de março de 1970, autoriza o funcionamento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra no município de Barra do Bugres, publicada em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de julho de 1970.

Jornal Folha de Tangará, Ano I nº 1 a Ano 2 nº 54. Tangará da Serra - 1974 a 1975.  
Livro Tombo I - Reitoria de Nossa Senhora Aparecida - 1966 a 1983.

GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. Livro Ponto Professores – 1969.  
\_\_\_\_\_. Livro Ponto do corpo docente e pessoal administrativo e Professores – 1970  
\_\_\_\_\_. Regimento Escolar – 1969.

### Fontes orais

BATISTA, José Onofre. Em entrevista para o autor. Cuiabá, 28 fev. 2009.

CAGNIN, Júlio Garcia. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 28 jul. 2009.

FERRAZ, Albino. Em entrevista para o autor. Campo Grande – MS, 21 jul. 2009.

GONÇALVES, Ivone Paternez. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 02 jan. 2008.

HANSEL, Maria Laura. Em entrevista para o autor. Porto Alegre - RS, 15 jul. 2007.

KROETZ, Florida. Em entrevista para o autor. São Miguel do Oeste - SC, 22 jul. 2007.

MELO, Antônio Francisco de. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 02 jan. 2008.

PEREIRA, Grácia Paternez. Entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 16 jan. 2009.

SENA, José Neves. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 16 abr. 2009.

### Referências

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução Andréa Dore. Bauru: Edusc, 2006.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio. (orgs.) *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação). p. 25 – 38.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, DIFEL: Rio de Janeiro: Beltrand Brasil S.A, 1990.

\_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano em clave historiográfica. In: *Historia reciente: perspectivas y desafios para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964 -1985)*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GATTI JR., Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: \_\_\_\_\_; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. São Paulo: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 91 – 104.

JULIÁ, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) n.1, jan. jul., pp.9-43, 2001.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Migração e escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil (1964-1976). 2009. *Tese*. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

\_\_\_\_\_. Tangará da Serra: uma história de colonização privada. In: BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato, 2008. p. 181 – 204.

SOUZA, Rosa Fátima. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

VIÑAO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização a disposição física da direção escolar na escola graduada. Trad. Deise Cristina de Lima Picanço. In: BENCOSTA, Marcus Levy (org.). *História da Educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-47.

Recebido em março de 2010

Aprovado em maio de 2010